

O Fenômeno Econômico das Crises Capitalistas nas Perspectivas Marxista e Keynesiana: notas para um debate teórico

Marisa Silva Amaral^{*}
Marcelo Dias Carcanholo^{**}

Resumo: No período referente ao pós-guerra, com o aparecimento de políticas anticíclicas, dizia-se que as crises haviam sido superadas. Nessas circunstâncias, eclode a crise dos anos 70, se desencadeiam novos processos de descenso econômico ao longo dos anos 90 e explode uma nova crise mais recente, tendo como epicentro a economia norte-americana. Inspirado por este contexto, o presente artigo pretende recuperar as teorias marxista e keynesiana referentes aos ciclos econômicos, suas principais contribuições e debates a que suscitam, no sentido de notar até que ponto cada uma dessas teorizações pode ser enquadrada na tradição dos ciclos econômicos.

Palavras-chave: crises capitalistas, Marx, Keynes, ciclos, flutuações.

Abstract: In the referring period to the postwar period, with the appearance of anticyclical politics, one said that the crises had been surpassed. In these circumstances, the crisis of years 70 comes out, new processes of economic crisis happened throughout years 90 and blows up a new more recent crisis, having as epicenter the North American economy. Inhaled for this context, the present article intends to recoup the referring theories marxist and keynesian to the economic cycles, its main contributions and discussions the one that excites, in the direction to notice until point each one of these theories can be fit in the tradition of the economic cycles.

Key words: capitalist crises, Marx, Keynes, cycles, flutations.

JEL Classification: E11, E12, E32.

A crise atual por que passa a economia mundial traz à tona e é estimulante de toda uma discussão acerca de quais seriam as causas, de qual seria o germe motivador da própria crise. Diversas são as explicações e abordagens teóricas acerca do fenômeno – especialmente em virtude de divergências em termos conceituais e, o que é mais importante, por conta de concepções político-ideológicas igualmente distintas, que acabaram por negar contribuições cruciais para o entendimento do fenômeno – e sua complexidade é especialmente relevante.

No período referente ao pós-guerra, com a “revolução keynesiana” e o aparecimento de sua política anticíclica, dizia-se que as crises haviam sido superadas e passavam apenas a fazer parte da história da construção e do desenvolvimento do sistema capitalista. Nessas circunstâncias, e sob o espectro do capitalismo “pós-cíclico”, eclode a crise dos anos 70, contrariando as crenças antes expostas. O comportamento da economia nesse período, se estendendo até finais dos anos 90, foi intensamente estudado por Caputo (1998) e sintetizado em um quadro resumo intitulado (no original) “Las Crisis Cíclicas en las Tres Ultimas Décadas”, que mostra que, mesmo em momentos de intensa utilização de políticas anticíclicas, como é o caso da década de 70, a instabilidade e a crise se fizeram inevitáveis, tendo origem, na maior parte das vezes, em países centrais e impactando mais fortemente sobretudo na periferia.

É neste contexto, e no encadeamento de uma nova crise mais atual, que a teoria referente aos ciclos econômicos, suas principais contribuições e debates a que suscita, merece ser recuperada. E, mais do que isto, aquelas teorias envolvidas, de uma forma ou de outra, com a velha tradição dos ciclos necessitam de um olhar cuidadoso para seus preceitos tão explicativos no que tange à temática da causalidade e do movimento cíclico próprio do modo de produção capitalista. Tudo

^{*} Doutoranda em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pelo IPE/FEA/USP. Bolsista CNPq.

^{**} Doutor em Economia pelo IE-UFRJ e Professor da Faculdade de Economia da UFF.

isto para que fique claro que de fato as crises cíclicas são inerentes ao funcionamento do sistema, sendo não só possíveis como também necessárias para sua manutenção.

Tendo o que foi posto como pano de fundo, entendemos as contribuições de Marx e Keynes – autores que não chegaram a sistematizar de fato uma teoria sobre a crise – como sendo de relevância inquestionável para este nosso estudo, seja no sentido de esclarecer o fenômeno que nos propusemos a estudar, seja no sentido de incitar estimulantes discussões acerca de seu enquadramento ou não na tradição dos ciclos antes mencionada. Ao final da análise proposta, será possível perceber que os aspectos de um extenso e complexo legado deixado por Marx, principalmente em *O Capital*, acerca da dinâmica real de funcionamento da economia capitalista, de suas lógicas de produção e apropriação de valor, nos permitem apontar os fatores de causalidade, os fatores explicativos da ocorrência dos ciclos em sua raiz, em sua eclosão e surgimento. Contrariamente, veremos que o Keynes da *Teoria Geral* aproxima-se muito mais de uma teoria das flutuações, em função de certas hipóteses adotadas em sua obra que a impedem de explicar aquilo que se julga fundamental numa teoria dos ciclos.

1. O fenômeno econômico das crises e sua causa: uma visão marxista

1.1. Debate sobre a causa

A discussão sobre as crises a partir de uma abordagem marxista – ou motivada pela teoria marxista, suas categorias e conclusões/formulações a que nos permite chegar – passa por um longo debate sobre as causas do fenômeno, protagonizado por diversos estudiosos, intérpretes e críticos da obra de Marx, que cometeram equívocos ao assumir como causa aquilo que era consequência ou forma de manifestação de um fenômeno já em andamento. Embora longo, o debate teórico a respeito de quais seriam as causas propulsoras das crises cíclicas no sistema capitalista¹ será por nós apenas mencionado de maneira bastante superficial, no intuito de apontar as algumas das inúmeras discordâncias e equívocos que se fazem em torno da obra de Marx.

Diversos autores, tanto de linhagem marxista quanto de procedência mais convencional, assumiram ser a queda da taxa de lucro o fator causador, aquele que provoca e inicia o processo de crise, o germe motivador deste mesmo fenômeno. Isto por ser a taxa de lucro um bom indicador de como se dá a acumulação de capital, de tal forma que, quando esta taxa apresenta baixos níveis de rentabilidade, novos investimentos são desincentivados, há diminuição da produção e do emprego e está, portanto, deflagrada a crise, sendo o contrário também verdadeiro. E para explicar como ocorre a queda da taxa de lucro, desenvolvem-se duas controversas hipóteses: lei da queda tendencial da taxa de lucro (LQTTL) e hipótese do *profit squeeze* ou compressão dos lucros.

¹ Esta temática foi citada por Ribeiro (1988) e exaustivamente tratada por Carcanholo (1996), de modo que sugerimos uma consulta a este trabalho para um maior aprofundamento sobre a questão.

O debate que se inicia em relação à lei da queda tendencial da taxa de lucro² se refere a uma tentativa de invalidar a lei, especialmente por parte de Paul Sweezy, Maurice Dobb e Nobuo Okishio³ como representante da corrente neoricardiana.

Sweezy se utiliza de uma rigorosa formalização matemática⁴ para mostrar que os efeitos de um aumento na mais-valia – como fruto de ampliações na produtividade e do conseqüente barateamento do capital constante – no sentido da elevação da taxa de lucro transpõem aqueles efeitos negativos (de queda na taxa de lucro) provocados pelo aumento da composição orgânica do capital. Seria, segundo categorias marxistas, uma contratendência se sobrepondo à tendência.

O próprio Marx já havia reconhecido a existência de fatores contrariantes à queda da taxa de lucro, que agiam no sentido de fazer com que esta taxa se elevasse eventualmente. Entretanto, já havia também mostrado que estes fatores não invalidam a LQTTTL enquanto lei de tendência, porque todos eles – e não apenas a compressão dos salários presente na argumentação de Sweezy – têm sua aplicabilidade limitada, ao contrário da ampliação da composição orgânica do capital que cresce ilimitadamente e é de fato a tendência observada à medida que se desenvolve a acumulação capitalista. E se esta ampliação tem efeito imediato sobre os lucros, pressionando sua queda, a LQTTTL é também uma tendência do sistema, não podendo, portanto, ser invalidada com base no raciocínio construído por Sweezy, que, em verdade, não soube apreender o significado do que Marx queria dizer quando falava em lei de tendência.

Dobb, mesmo sem recorrer à formalização matemática, chega a uma conclusão idêntica à de Sweezy. Para isto, o autor se utiliza de uma hipótese segundo a qual existe um exército industrial de reserva abundante, o que pressionaria os salários para baixo e promoveria um aumento da taxa de lucro, e uma outra possibilidade que seria a da existência de um exército industrial de reserva pequeno, que faria uma pressão altista sobre os salários, esta sim levando à queda da taxa de mais-valia e também da taxa de lucro. Este último efeito, no entanto, poderia ser corrigido com a utilização de técnicas do tipo *labour-saving*, ou poupadoras de trabalho, que culminariam com o ascenso das taxas de mais-valia⁵.

Por analogia, as hipóteses de Dobb podem ser rebatidas assim como o foram as de Sweezy: eventualmente as taxas de lucro podem crescer em função da existência de fatores que permitem que isto ocorra, mas tendencialmente, a taxa de lucro cai, porque estes fatores antes mencionados encontram barreiras quando de sua aplicação.

Finalmente, a última vertente teórica que procura criticar a LQTTTL é a de linhagem neoricardiana. Exatamente como os outros dois autores tratados anteriormente, esta corrente procura articular seus argumentos na tentativa de mostrar que a taxa de lucro só se modifica mediante modificações na distribuição de renda.

² Por falta de espaço, não trataremos aqui da LQTTTL, que, em linhas gerais, está calcada na ampliação ilimitada da composição orgânica do capital (c/v), que relaciona capital constante (máquinas, equipamentos e matérias-primas) e capital variável (força de trabalho), configurando uma busca incessante por maiores produtividade e lucratividade, sendo este último o grande objetivo da classe capitalista e a primeira, o meio através do qual se chega a este fim. Deste modo, a queda da taxa de lucro se apresenta como uma tendência do sistema capitalista de produção, justamente porque o aumento da composição orgânica do capital é a tendência nesse mesmo sistema.

³ Ver DOBB (1978), OKISHIO (1961) e SWEEZY (1987).

⁴ Para maiores detalhes, consultar Sweezy (op. cit.). Importante ressaltar que esta formalização foi convenientemente tratada por Carcanholo (op. cit.) e criticada por este autor nos seguintes termos: “... o rigor matemático, em si, não prova nada. A conclusão que se obtém de um modelo é decorrência necessária das hipóteses assumidas pelo mesmo. Em outras palavras, a conclusão é conseqüência das hipóteses teóricas. Logo, o que está em discussão é a teoria e não o modelo” (CARCANHOLO, 1996: 42).

⁵ Note como este argumento vai em sentido contrário ao que propunha Marx para a explicação da queda da taxa de lucro. Para ele, esta taxa cai justamente porque se eleva a composição orgânica do capital. Contrariamente, para Dobb, é a elevação nos salários que provoca a

Os neoricardianos – Okishio em especial – acreditam que os capitalistas, ao buscarem ampliar sua produtividade, não seriam irracionais ao ponto de escolherem novas técnicas que promovessem a queda de suas taxas de lucro. Então, com o avanço da industrialização, estes capitalistas abandonam o progresso técnico do tipo *labour-saving* e optam pelo tipo *capital-saving*, com a “*substituição de máquinas menos eficientes por máquinas mais eficientes e, conseqüentemente, mais baratas. Isto faz com que o progresso técnico deixe de ser dispendioso de capital (com produtividade do capital decrescente) e passe a ser neutro (com produtividade do capital constante) ou poupador de capital (com produtividade do capital crescente)*” (CARCANHOLO, 1996: 51 – o itálico é original).

Desta forma, parece válido o argumento de Okishio que foi sintetizado por Carcanholo (1996: 52) nos seguintes termos: “*se os capitalistas adotam uma nova técnica viável, com o intuito de obter um superlucro pela redução dos custos, e o salário real permanece constante, a nova taxa média de lucro não pode ser menor do que a inicial. A taxa de lucro deve elevar-se no curso da adoção capitalista de novas técnicas de produção...*”. Estaria invalidada a lei da queda tendencial da taxa de lucro, não fossem alguns equívocos cometidos pelo autor e pela teoria neoricardiana em geral.

O primeiro destes equívocos está no fato de que, como o termo produtividade se refere à capacidade de produzir mais ou menos mercadorias num mesmo espaço de tempo e, portanto, mais ou menos valor, ele deve estar relacionado apenas ao trabalho vivo empregado na produção, por ser este último o único capaz de criar valor novo, sendo o trabalho morto capaz apenas de transferir valor às mercadorias. Desta forma, não existe, para Marx, a categoria produtividade do capital; esta classificação não faz sentido.

Uma outra falha dos neoricardianos foi o não entendimento da contradição entre a racionalidade microeconômica e a racionalidade macroeconômica. Esta corrente de pensamento acredita que, como as novas técnicas promovem aumentos na produtividade e na taxa de lucro de uma empresa individualmente, ao se generalizarem para todas as outras empresas, estas tecnologias teriam o mesmo efeito em todas elas. Os neoricardianos não alcançam o tratamento do aspecto macroeconômico da concorrência entre as empresas, que leva a uma redução dos valores individuais das mercadorias de todas as empresas e, portanto, da média ou seu valor de mercado. Isto leva, evidentemente, a uma queda nas taxas de lucro e não o contrário.⁶

No que se refere à teoria do *profit squeeze* ou da compressão dos lucros, a mesma tenta explicar a queda da taxa de lucro como causa das crises. Esta hipótese faz também parte do pensamento neoricardiano e, portanto, segue sua linha de raciocínio e se utiliza dos mesmos conceitos e pressupostos.

Acredita-se que, à medida que se desenvolve o processo de acumulação capitalista e que os investimentos se ampliam, aumenta a demanda por força de trabalho, o que, pressionado por uma diminuição no exército industrial de reserva e pela luta de classes, provoca uma elevação dos salários acima dos níveis de produtividade e, conseqüentemente,

queda da taxa de lucro e é esta última que estimula a que se amplie também a composição orgânica do capital, para que a situação negativa se inverta. Na verdade, o encarecimento da força de trabalho apenas aprofunda uma situação já posta de queda na taxa de lucro.

⁶ Carcanholo (1996), em seu trabalho, aponta ainda outras lacunas da crítica neoricardiana à lei da queda tendencial da taxa de lucro. No entanto, estas brechas estão ligadas a questões mais formais (em termos de modelo) que não foram por nós aqui tratadas, de modo que uma consulta a este trabalho se faz necessária para um entendimento mais aprofundado acerca dessas aspectos. Optamos por não fazê-lo para que as análises presentes neste trabalho não fujam em muito da questão central a que nos propusemos discutir, qual seja, a das causas das crises numa concepção teórica de caráter marxista, no caso desta primeira seção.

uma queda nos lucros⁷. Como no último caso antes tratado, esta hipótese assume igualmente que a queda na taxa de lucro é influenciada por uma ampliação na composição orgânica do capital, mas, ao reconhecer também que o tipo de técnica utilizada não é necessariamente *labour-saving* (passando a ser do tipo *capital-saving*, pela própria racionalidade dos capitalistas em realizar um progresso técnico que não lhes seja prejudicial em termos de lucratividade, no desenrolar do processo de acumulação), acaba por reconhecer que os critérios de distribuição de renda, influenciados especialmente pela luta dos trabalhadores por maiores salários, têm influência muito maior para a análise da queda da taxa de lucro do que um aumento na composição orgânica do capital.

Erram os neoricardianos. Primeiro em acreditar que as pressões trabalhistas determinam univocamente a acumulação capitalista, quando, de fato, esta direção é dada dialeticamente pelo próprio movimento do capital e por suas leis gerais de acumulação. Segundo, pelo caráter reducionista desta teoria ao considerar apenas relações quantitativas e imediatas quando afirmam que uma ampliação nos níveis de investimento provocam aumento da demanda por força de trabalho, aumento dos salários e queda dos lucros, desconsiderando uma ampliação na composição orgânica do capital que age justamente em sentido oposto. E, por último, ao persistir com a mesma confusão, que já foi aqui elucidada, da existência de diferentes produtividades do capital, categoria esta inexistente para Marx.

Um outro debate acerca das causas do fenômeno crise se encontra na teoria do subconsumo, tanto em sua versão clássica representada especialmente por Rosa Luxemburgo⁸, quanto em sua versão mais moderna desenvolvida por Paul Sweezy⁹. Tudo o que foi dito anteriormente em relação à queda da taxa de lucro envolvia apenas a esfera da produção capitalista, sem entrar no âmbito da circulação e, portanto, no tratamento da realização dos valores produzidos. O que a teoria do subconsumo faz é justamente tentar recuperar este aspecto do mercado, sem o qual é impossível entender a crise, cujo conteúdo é justamente o descompasso entre oferta e demanda (produtiva e improdutiva), ou seja, entre produção e circulação/realização. Para tanto, parte da premissa de que existe uma tendência à superprodução no sistema capitalista, ou que este sistema produz sempre para além de sua capacidade de consumo.

Neste sentido, Rosa Luxemburgo se utiliza dos esquemas de reprodução¹⁰ (simples e ampliada) desenvolvidos por Marx para explicar como se dá a acumulação de capital e, mais precisamente, para argumentar que produção e realização do valor não coincidem, *a priori*, existindo complexas relações entre os departamentos, de forma que a total realização do valor produzido passa a ser uma mera possibilidade.

Segundo ela, para que parte da mais-valia seja acumulada, ela precisa antes ser realizada. E seu questionamento se dá no sentido de como se daria esta realização; por parte de quem advém esta demanda adicional que possibilite a entrada em um novo processo produtivo¹¹ e que permita, portanto, a criação de mais valor a ser novamente acumulado. Marx

⁷ O desemprego, na medida em que amplia o exército industrial de reserva e, como consequência, pressiona os salários para baixo, passa então a ser, segundo esta concepção, uma necessidade do sistema, para que as taxas de lucro possam se restabelecer.

⁸ Ver LUXEMBURGO (1985).

⁹ Este autor será mencionado em momentos anteriores ao tratamento da tese do subconsumo nesta seção, por ter colocado em xeque a validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro, de modo que suas contribuições, embora equivocadas, não se restringem apenas àquele primeiro tema.

¹⁰ Para o entendimento mais detalhado destes esquemas, consultar Marx, *O Capital*, Livro II, Seção III.

¹¹ Este ingresso em novo processo produtivo só é possível quando as mercadorias produzidas são convertidas na forma dinheiro – e isto ocorre no processo de circulação –, de modo que o capitalista se torne apto a comprar novas mercadorias (força de trabalho e meios de produção) capazes de criar e transferir valor àquilo que se produz.

afirmava que esta demanda vem por parte dos próprios capitalistas, quando estes ingressam na esfera da circulação para adquirir força de trabalho e meios de produção ($c + v$) necessários para que um novo processo produtivo ocorra. Luxemburgo, no entanto, refuta esta possibilidade argumentando que a classe capitalista não poderia ter sua demanda ampliada, quando, ao contrário, precisa reduzi-la para que a acumulação se concretize, ou seja, os capitalistas se abstêm do consumo em favor da acumulação. Ademais, ela acredita que se estes capitalistas demandam uns dos outros, a realização na economia capitalista estaria garantida – de forma que o processo seria análogo ao da reprodução simples e, portanto, não retrataria a real dinâmica de funcionamento do sistema – e a produção se realizaria por si própria, pelo simples prazer da produção e não mais pela busca incessante, por parte dos capitalistas, pela apropriação de mais-valia.

Desta forma, o problema levantado por Rosa Luxemburgo permaneceria e a solução apontada pela autora seria a de que, além de capitalistas e operários, existem mercados externos à reprodução capitalista (órgãos estatais, clero, profissões liberais, etc.) enquanto representantes do consumo social. Sendo assim, a verdadeira acumulação de capital para Luxemburgo se daria nos seguintes termos:

“A produção capitalista oferta mercadorias no valor de $c + v + m$. Do lado da demanda (realização), a parcela c é demanda dos capitalistas para reposição dos meios de produção; o equivalente a v é realizado pelos trabalhadores, que compram bens de consumo. Assim, se a realização da mais-valia é a **questão** vital da acumulação capitalista, a existência de compradores não capitalistas (mercados externos) é a **condição** vital para que a acumulação se processe.” (CARCANHOLO, 1996: 90)

Isto permite a conclusão de que “o processo produtivo forma um valor de $c + v + m$ e a própria economia capitalista só consegue realizar $c + v + m/x$, onde m/x representa a parcela da mais-valia utilizada para consumo improdutivo” (CARCANHOLO, 1996: 93). Está posto, portanto, o que seria a causa da crise para Rosa Luxemburgo, ou seja, uma incapacidade encontrada pelos mercados externos em realizar toda a mais-valia produzida, fruto da contradição entre a capacidade ilimitada da produtividade e a capacidade de expansão limitada do consumo social. Em outras palavras, seria uma insuficiência de demanda que rompe com o processo de acumulação capitalista, justamente porque trava a realização da mais-valia a ser acumulada, ou, simplesmente, subconsumo.

A autora, entretanto, incorre em vários equívocos. Primeiro, ao julgar como sendo limitados os esquemas marxistas de reprodução, no sentido de não retratarem o concreto-real do funcionamento do sistema capitalista e de suas regras de acumulação, quando, na verdade, estes esquemas só não o fizeram, porque Marx os explicitou em seu Livro II de *O Capital*, ao fazer esclarecimentos a respeito apenas do processo de circulação do capital e não da parte que envolvia o processo produtivo, assim como da interação dialética entre os dois processos, feita no Livro III.

Segundo, ao não diferenciar o produto total do capital e a mercadoria singular (uma fração do produto do capital), comete o equívoco de afirmar que o problema da realização está contido apenas na mais-valia. Ocorre que não existem mercados generalizados nos quais ocorra oferta e demanda de toda a produção capitalista. Os mercados são particulares e neles ocorre oferta e demanda de mercadorias específicas, cuja realização equivale a uma parcela da produção total $c + v + m$ e não a um de seus componentes específicos (c , v ou m).

Em terceiro lugar, a autora afirma que, se são os próprios capitalistas que realizam a demanda pela parcela da mais-valia a ser acumulada, a produção passaria a ocorrer pelo simples prazer de uma produção maior em momento posterior de

modo que a economia capitalista estaria negando sua própria lógica de acumulação. Ao fazê-lo, Luxemburgo não nota que, de fato, para que a acumulação ocorra crescentemente, deve haver uma produção crescente anterior a esta acumulação, prestes a ser realizada.

E, por último, quando nega esta demanda capitalista pela parcela de mais-valia a ser acumulada, ignora a existência das trocas intersetoriais, negando, portanto, o próprio processo de acumulação.

Na vertente mais moderna do subconsumismo, Paul Sweezy¹² percebe as falhas que apontamos nos argumentos de Rosa Luxemburgo e passa a interpretar a hipótese do subconsumo como uma insuficiência de demanda em determinados momentos do ciclo, haja vista que o capitalismo tende, à medida que se desenvolve, a ampliar sua capacidade de produzir mercadorias em proporção superior à ampliação na demanda pelas mesmas.

Sweezy, então, formaliza estas questões num modelo que percebe na lógica do capitalismo uma tendência de apropriação cada vez maior dos lucros, de modo que a maior parte possível destes seja acumulada. Isso lhe permite reformular a tese do subconsumo, afirmando que, como bem sintetiza Carcanholo (1996: 106),

“Com a acumulação, o consumo cresce porque os capitalistas aumentam seu consumo e porque a massa de salários aumenta. Mas, o aumento do consumo dos capitalistas é uma proporção decrescente da mais-valia e o aumento dos salários é uma proporção decrescente da acumulação total. Logo, a taxa de crescimento do consumo com respeito à taxa de aumento dos meios de produção cai. Por outro lado, a proporção da taxa de aumento na produção total de bens de consumo, com respeito à taxa de aumento dos meios de produção permanece invariável. A comparação desses dois processos demonstra que existe uma tendência, inerente ao capitalismo, do aumento do consumo ficar atrás do aumento na produção total de bens de consumo, ou seja, de subconsumo.”

Sweezy privilegia, em sua análise, o consumo improdutivo e, ao fazê-lo, inverte a relação de dependência entre acumulação e consumo, de modo a não perceber que o consumo é fruto de decisões anteriores de acumulação, e não o contrário.

Ademais, o autor comete um equívoco ao considerar que aquele processo antes apontado é a causa das crises, quando na verdade, ele é a própria crise, é o próprio conteúdo do fenômeno, e se configura diante de uma situação de crise já deflagrada.

Uma terceira controvérsia envolve o argumento das desproporções¹³, a respeito do qual trataram Hilferding e Tugán-Baranovsky. Esta tese refuta a hipótese de subconsumo como causa das crises e reconhece que toda a produção é possível de ser realizada mesmo com redução na demanda por bens de consumo, própria da lógica de acumulação capitalista. Isto levanta então a dúvida de qual seria a causa da crise e a hipótese das desproporções argumenta que este fenômeno seria causado por algo na economia que não assegurasse a proporcionalidade na distribuição de investimentos entre os departamentos de acordo com o crescimento da demanda pelos produtos de cada um deles. Por falta de espaço, não trataremos esta perspectiva no presente trabalho, mas a literatura sugerida trata com profundidade esta questão.

1.2. Contradições Sistêmicas que Tomam Possível a Ocorrência do Fenômeno Econômico das Crises Cíclicas

¹² Ver a respeito SWEEZY (1987).

¹³ A respeito da hipótese das desproporções ver Hilferding (1985) e Tugán-Baranovsky (1978).

Tendo sido posto o debate que envolve as causas das crises cíclicas, pudemos perceber que os fatores apontados por alguns autores como sendo os provocadores do fenômeno são, na realidade, formas de manifestação do mesmo, são conseqüências de uma situação crítica. Nesta subseção, para o entendimento do fenômeno em si, de seu conteúdo, trataremos das contradições do sistema que tomam possível a ocorrência do mesmo.

Podemos iniciar nossa exposição tratando da possibilidade de ocorrência das crises já no sistema produtor de mercadorias e da atenuação desta possibilidade à medida que este sistema se desenvolve e se complexifica. Isto porque as crises têm sua origem, seu germe, sua potencialidade expressa na própria mercadoria, na contradição interna a ela, entre seu valor e seu valor-de-uso.

Uma mercadoria enquanto tal deve necessariamente possuir um valor e um valor-de-uso ao mesmo tempo. Ela precisa ser algo que seu produtor deseje vender e para o qual haja algum comprador que reconheça nela algum valor-de-uso, uma forma de satisfazer suas necessidades de consumo. É justamente neste ponto que surge a contradição intrínseca à própria mercadoria, entre seu valor e seu valor-de-uso: cada agente individualmente deve negar uma destas duas características próprias da mercadoria – e sem as quais não poderíamos considerá-la como tal. Ou seja, para que o produtor venda a mercadoria produzida, esta deve ser para ele apenas um valor e um não-valor-de-uso, ele não deve desejar consumi-la para que ocorra a troca. Da mesma forma, esta mesma mercadoria deve possuir apenas um valor-de-uso e um não-valor para aquele que a adquire. Este último deve desejar consumi-la para que o ato de troca ocorra, seja ele na forma $M - M$ ou $M - D$.

“A contradição $V \times VU$ dá origem à possibilidade de surgirem produtos para os quais não existem consumidores. Ela constitui-se assim no germe de um novo tipo de crise: a crise de abundância.

Concluindo: a mercadoria, forma que o produto do trabalho humano assumiu, em um determinado grau de desenvolvimento da sociedade, traz em seu bojo, na contradição entre $V \times VU$, o germe da crise e esse germe desenvolver-se-á acompanhando o desenvolvimento da própria mercadoria. Seguir a evolução da contradição $V \times VU$ é acompanhar o desenvolvimento do fenômeno mercadoria e observar simultaneamente a gestação das crises.” (RIBEIRO, 1988: 266)

Ao tratarmos da forma $M - D$ estamos nos referindo a um desenvolvimento do sistema mercantil, qual seja, o surgimento do dinheiro como meio de circulação e, mais adiante, como meio de pagamento, que são dois elementos que fortalecem a possibilidade de ocorrência das crises cíclicas e complexificam (às vezes postergam) a “irrupção” da contradição.

O aparecimento do dinheiro como meio de circulação expressa a possibilidade e, mais do que isto, a necessidade de que as trocas não se realizem na forma $M - M$. Um produtor $P1$ não se vê mais obrigado e restrito à comercialização apenas com outro produtor $P2$ que produza uma mercadoria que seja VU para $P1$. Este último pode antes vender sua produção para um agente possuidor de dinheiro (realizando o ato $M - D$) e adquirir várias outras mercadorias de muitos outros produtores distintos (realizando o ato $D - M$). Esta complexificação do funcionamento do sistema mercantil se desdobra em uma segunda contradição, agora externa à mercadoria, que potencializa ainda mais a possibilidade das crises: a contradição entre M e D .

“... a oposição interna, em cada mercadoria, entre V e VU assumiu uma nova forma de manifestação: a forma de oposição entre M e D . O dinheiro, conquistando o monopólio de expressar o valor do conjunto das mercadorias, criou uma barreira

intransponível na Equação do Valor¹⁴, retirando, assim, a todos os valores de uso, a possibilidade de exprimir valores.” (RIBEIRO, 1988: 277)

A própria introdução de D como meio de circulação traz consigo a contradição entre compra e venda, tomando estes dois atos uma unidade de contrários. Esta contradição se dá no sentido de que um mesmo agente não pode mais comprar e vender mercadorias ao mesmo tempo como ocorria na troca $M - M'$. É necessário que sua mercadoria entre na esfera da circulação, seja convertida para a forma dinheiro e que este produtor, agora possuidor de D e não mais de M, permaneça no âmbito da circulação para adquirir novas mercadorias que serão destinadas ao autoconsumo ($D - M$). Ou seja, não é possível que haja venda se não houver compra, mas estes atos passam a ser separados no tempo em virtude da intermediação exercida por D.

Esta separação compra – venda se potencializa à medida que as relações sociais se desenvolvem e o dinheiro assume a função de meio de pagamento. Neste momento, as relações de troca se dão através de promessas de pagamento; no ato da venda não há recebimento imediato de D, de modo que este não pode realizar seu valor-de-uso imediatamente, a menos que outros vendedores aceitem alienar suas mercadorias mediante novas promessas de pagamento, mediante concessões de crédito. Portanto, há compra sem ter havido venda *ex-ante*, o comprador não realizou anteriormente o ato $M - D$ para passar da condição de possuidor de mercadorias para a condição de possuidor de dinheiro.

Está pronta a contradição entre D Ideal e D Real; o primeiro correspondendo à promessa de pagamento, ao crédito e o segundo correspondendo ao D que será recebido futuramente, à efetivação do pagamento. Junto com esta nova contradição a possibilidade de ocorrência das crises se evidencia e se agrava, porque surge a possibilidade da não efetivação das vendas de um dos produtores (ou de todos eles) em virtude da não realização de pagamentos por parte de um dos compradores. Isto num momento em que já se deu continuidade a um novo processo de produção de mercadorias cujas vendas ficarão impossibilitadas, refletindo a eclosão da crise de abundância, de tal forma que os produtos resultantes do trabalho humano devam ser destruídos.

Até aqui tratamos da possibilidade de ocorrência do fenômeno econômico das crises que se dá na própria sociedade produtora de mercadorias, justamente porque o germe motivador do fenômeno se encontra na contradição inerente à própria mercadoria e se atenua com o surgimento do dinheiro enquanto meio de pagamento. “*No entanto, as limitações de produtores de mercadorias não permitem que ele* (o conteúdo do fenômeno “crise de abundância”) *se transforme em ‘superprodução generalizada’.*” (RIBEIRO, 1988: 292 – o itálico é original)

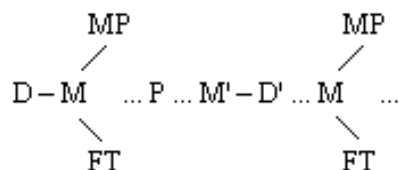
A partir de então, tentaremos mostrar como, no modo de produção capitalista e com o desenvolvimento das contradições que lhes são inerentes, o fenômeno econômico das crises cíclicas não é apenas possível como também

¹⁴ Na tradução mais comum no Brasil o termo “equação” é chamado de “forma”. Então, a Forma do Valor é a representação simbólica de um ato de troca entre dois ou mais produtores de mercadorias diferentes, expresso pela relação entre mercadorias e valores de uso também diferentes. Quando assume o tipo Equação Dinheiro do Valor, pode ser visualizada da seguinte maneira:

$$\begin{array}{l} a M1 \\ b M2 \\ \dots \\ q Mn \end{array} = D$$

necessário para que a desorganização do processo produtivo – provocada pela existência de produtos do trabalho humano para os quais não há consumidores – possa voltar à sua fase ascendente.

Iniciamos dizendo que a concepção do sistema capitalista é oposta à do sistema mercantil¹⁵. Este último segue a lógica venda → compra (vender para comprar) e o primeiro parte de lógica inversa: compra → venda (comprar para vender). Seu funcionamento se traduz na fórmula¹⁶ construída por Marx:



O capitalista possuidor de dinheiro (seja ele real ou ideal) se move para a esfera da circulação no intuito de adquirir mercadorias especiais (FT, D e mercadoria-capital, cujo valor-de-uso é o de produzir novas mercadorias), quais sejam, meios de produção e força de trabalho. A partir daí não se retira para a esfera do consumo, mas parte para a produção de novas mercadorias. Neste ponto, os MP transferem parte de seu valor, em cada período de produção, a estas novas mercadorias produzidas e a FT é a única forma capaz de gerar valor novo quando seu valor-de-uso é consumido na esfera produtiva. Fica então evidente que o sistema capitalista tem como finalidade a geração crescente de mais-valia – expressa sob a forma de lucros – e que a circulação que lhe é própria é a circulação do capital e não mais de mercadorias nas formas M e D. O objetivo das relações capitalistas se traduz unicamente no lucro.

Isto posto, já podemos tratar da contradição própria do modo de produção capitalista, qual seja, a contradição entre produção e circulação. Esta unidade de contrários se justifica pelo fato de que, para que ocorra circulação, é necessário que haja antes produção (e vice-versa), mas, no entanto, não é possível que o mesmo capital esteja simultaneamente na circulação (nas formas M e D) e na produção (na forma P), de modo que ambas as esferas se excluem.

É neste modo de produção que aparece também a contradição entre produção e consumo produtivo, no sentido de que a primeira não ocorre sem que o último a anteceda, mas, porém, existe uma impossibilidade de o capital produtivo consumir o que produz ou produzir o que consome. Esta última oposição dialética dentro da unidade, acrescida da anterior, contribuirá para aumentar a possibilidade de manifestação das crises cíclicas no âmbito da economia capitalista.

Foram, portanto, expostas as contradições internas e externas à mercadoria que manifestam a potencialidade de ocorrência do fenômeno econômico das crises¹⁷. Na próxima subseção trataremos exclusivamente das leis que regem o funcionamento do sistema capitalista e de como estas leis agem no sentido de amplificar e complexificar a possibilidade de

Para maiores referências, ver Marx, *O Capital*, Livro I, Capítulo I.

¹⁵ Na verdade, a economia capitalista pressupõe (é um desdobramento dialético) a mercantil. O que queremos contrapor é a circulação simples de mercadorias (M – D – M) com a circulação capitalista de mercadorias (D – M – D'). O modo de produção capitalista não pode ser entendido sem os dois tipos de circulação, até porque a capitalista pressupõe a simples.

¹⁶ A fórmula exposta pode ser resumida na forma D – M – D'.

¹⁷ Na verdade, existem muitas outras, tais como, produção x apropriação, indivíduo x sociedade, particularidade x universalidade, no entanto, nos limitamos a tratar apenas aquelas que já são suficientes para o entendimento do fenômeno das crises em si.

manifestação do fenômeno a ponto de torná-lo necessário à manutenção e continuidade do sistema com suas lógicas de produção e apropriação crescente de mais-valia.

1.3. Crise de Superprodução: conteúdo e necessidade de ocorrência

A partir de todas as contradições desenvolvidas anteriormente podemos chegar à mais fundamental¹⁸ delas, que é a própria causa do fenômeno crise, qual seja, a contradição entre o caráter social da produção e a forma de apropriação privada capitalista. É esta contradição que permite a Mandel fazer a seguinte afirmação:

“... Las causas básicas de las crisis periódicas de sobreproducción son, al mismo tiempo, la baja periódica inevitable de la tasa de ganancia, la anarquía de la producción capitalista y la imposibilidad en el capitalismo de desarrollar el consumo masivo en correlación con el crecemento de las fuerzas productivas.” (MANDEL, 1985: 154)

Conhecido o conteúdo do fenômeno, partiremos de uma afirmação de Carcanholo (1997) para desenvolver nossa argumentação no sentido da explicação da necessidade de que ele ocorra:

“O modo de produção capitalista possui a tendência de expandir ilimitadamente a produção de mercadorias, tendência geral de superar suas próprias barreiras. As mesmas leis, que produzem esta potencialidade, criam consumidores em abundância mas, ao mesmo tempo, impossibilitando-os de consumir. Produção ilimitada de mercadorias, consumidores abundantes e barreiras para o consumo, tudo isto provocado pelas mesmas leis, pela dinâmica do capitalismo, este é o conteúdo do fenômeno das crises.” (CARCANHOLO, 1991: 7)

Essa tendência à produção crescente de mercadorias se dá justamente por uma tendência anterior que é a da produção e apropriação crescente de mais-valia, esta última sendo dada pelo tempo de trabalho excedente (aquele que ultrapassa as barreiras da reprodução da força de trabalho). Isto é possível através de um aumento de produtividade conseguido por uma ampliação na composição orgânica do capital (c/v), o que podemos traduzir como sendo uma ampliação na utilização de capital constante (MP) em detrimento da utilização relativa de capital variável (FT), que, a propósito, é o único capaz de gerar mais valor. Portanto, o que ocorre é que, como são produzidas mais mercadorias num mesmo tempo, o valor representado por cada uma delas individualmente é diminuído e isto impõe a necessidade de que a massa de mercadorias produzidas se amplie para que a massa de lucro possa também crescer.

Ocorre que, com esta ampliação da produção, são também ampliadas as necessidades de FT para fazer face aos novos MP adquiridos, no entanto, esta ampliação é relativamente menor que aquela sofrida pelo capital constante. Então, ao mesmo tempo em que se amplia a capacidade geral de consumo é também ampliado o exército industrial de reserva (EIR) porque o emprego de FT cresce em proporção inferior ao crescimento da oferta de mão-de-obra, determinado por variáveis populacionais e pela própria acumulação de capital, e, mais do que isto, diminui à medida que se amplia a produtividade própria do desenvolvimento da acumulação de capital. E esta ampliação do EIR força a uma diminuição dos salários, o que permite uma produção superior de mais-valia. Portanto, é retirada da sociedade sua capacidade de consumo, de modo que

¹⁸ Fundamental não porque seja a primeira, mas porque é o desdobramento dialético de todas as outras, inclusive da contradição originária entre o valor e o valor de uso das mercadorias.

fica evidenciado um descompasso entre produção e realização, com o primeiro transcendendo o último. Isto explica a limitação no crescimento do consumo por parte da força de trabalho.

No entanto, o consumo por parte dos capitalistas também é limitado. A demanda dos capitalistas pode ser produtiva ou improdutiva. Ocorre que a demanda produtiva se transforma, necessariamente, em maior produção a cada período, complexificando o problema para o futuro. Quanto à demanda improdutiva, existem ao menos dois limites para sua expansão. Em primeiro lugar, a própria lógica da acumulação capitalista provoca a redução da proporção entre consumo improdutivo / consumo produtivo, pois impele à maior acumulação de capital incessantemente. Em segundo lugar, o crescimento do consumo improdutivo encontra limites materiais para sua expansão, uma vez que as necessidades de mercadorias não possuem um caráter ilimitado, muito embora a própria lógica da produção / acumulação de mercadorias expanda necessidades.

Estes fatos criam uma barreira à continuidade de novos processos produtivos, haja vista que, para que ocorra produção é necessária uma realização anterior. E, mais do que isto, criam mercadorias, produtos do trabalho humano, que deverão ser destruídas porque sua realização não foi efetivada. Cria-se uma crise de superprodução.

Podemos acrescentar, neste ponto, complexificações do sistema capitalista que tendem a agravar o fenômeno.

Dada a busca contínua por maiores lucros, uma outra tendência do sistema capitalista é a de ampliar o número de rotações do capital para que a massa anual de mais-valia também se amplie¹⁹. Nessas circunstâncias, surgem as figuras do capital comercial e do capital portador de juros (bem como seu desenvolvimento no capital fictício), que são formas autonomizadas do capital que não necessitam atravessar um processo produtivo para que possam se valorizar.

O capital comercial se insere no momento da circulação de mercadorias, comprando mercadorias prontas do capitalista industrial para vendê-las posteriormente. O comerciante, portanto, vende a mesma coisa que comprou e é a partir desta venda que se apropria de parcela da mais-valia produzida pelo capital industrial²⁰. Ao fazê-lo, permite que este “capitalista ativo” se retire imediatamente da esfera da circulação e retorne à fase produtiva do processo após a aquisição de novos MP e FT. O tempo que este capitalista despenderia para realizar suas vendas é, portanto, reduzido e à medida que esta prática se dá de forma continuada ao longo de um ano de atividade, por exemplo, a redução total do tempo de circulação do capital permite que ocorram mais processos produtivos num mesmo período e, conseqüentemente, se chega a uma ampliação de mais-valia.

No mesmo sentido e com esta mesma funcionalidade, o capital portador de juros age concedendo créditos para que possam ser adquiridos MP e FT e para que o capitalista ativo possa ingressar num novo processo produtivo. Ao fazê-lo, permite que se inicie uma fase de produção de novas mercadorias acrescidas de mais valor sem que tenha sido necessário um tempo anterior de acumulação de capital que cumprisse esta função. É evidente que as rotações do capital são, desta forma, ampliadas.

¹⁹ A massa anual de mais-valia se dá pelo somatório da mais-valia apropriada ao final de cada processo produtivo, ou seja, ao final das rotações do capital observadas isoladamente. Se se tem um número maior de rotações num mesmo período, evidentemente o somatório será também maior.

²⁰ O capital industrial para Marx é o processo de circulação do capital nas suas três formas: capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria.

Apesar da funcionalidade destas formas autonomizadas do capital, sua disfuncionalidade se encontra no fato de que ambas potencializam uma situação de crise. A primeira porque, se o comerciante não consegue vender as mercadorias adquiridas, aquelas outras mercadorias que já estão sendo produzidas pelo “capitalista ativo” também não serão, o processo será interrompido e a oferta estará dobrada.

A segunda porque, nos momentos de crise, os juros tendem a se elevar como forma de estímulo à oferta de créditos para a realização de investimentos produtivos através da promessa de maior remuneração (juros, prêmio pelo risco do empréstimo). Ocorre que, quando esta última se eleva, a tendência é a de que a lógica da apropriação se sobreponha à da produção e que os capitais que antes seriam investidos em produção nova passem a atuar como capital de empréstimo, de modo que os investimentos produtivos deixam de ocorrer²¹.

Resumindo o que foi dito com palavras de Mandel:

“... El crecimiento capitalista y la prosperidad requieren tanto de una tasa creciente de ganancia (de ganancias realizadas en el momento así como de ganancias adelantadas) como de un mercado en expansión (como realidad presente e tendencia futura). Pero la coincidencia de estas condiciones nunca puede ser permanente porque las fuerzas mismas que lo hacen posible en un momento dado del ciclo económico operan hacia su ruína en una etapa subsiguiente. En esse sentido, las crisis de sobreproducción son inevitables en el capitalismo.” (MANDEL, 1985: 155)

E, mais do que inevitáveis, as crises são necessárias para que a produção capitalista possa voltar à sua fase ascendente; as crises são uma solução violenta, no entanto temporária para as contradições do sistema e trazem

“... em si as premissas da sua superação transformando-se em depressão a qual seguir-se-á a nova fase da reanimação e o auge. Ao sanear os capitais mais fracos ela ‘... destrói força produtiva, reduz o potencial instalado, elimina os excedentes de mercadoria abrindo espaços econômicos para o novo período de expansão...’ e criando estímulos compulsórios aos capitais para retomarem os investimentos” (RIBEIRO, 1988: 398).

Assim, as crises econômicas no capitalismo só podem ser entendidas como cíclicas, crises cíclicas de superprodução.

Finalmente, concluindo com palavras de Mandel:

“... El crecimiento capitalista no puede ser sino desigual, desproporcionado e inarmónico. La reproducción ampliada necesariamente da lugar a la reproducción contraída. La prosperidad conduce inexorablemente a la sobreproducción. La búsqueda de la piedra filosofal que permitiera a la economía de mercado (o sea la propiedad privada, o sea la competencia) coincidir con un crecimiento equilibrado y consumo masivo para desarrollarse al paso de la capacidad productiva (pese al afán de los capitalistas por forzar la tasa de explotación), esta búsqueda continuará mientras el sistema sobreviva. Pero ya no será coronada por el éxito como lo ha sido a lo largo de más de siglo y medio. El único remedio posible para las crisis económicas de la sobreproducción y las crisis sociales de la lucha de class es la eliminación del capitalismo y la sociedad de clases. No se hallará ninguna outra solución, tanto en la teoría como en la práctica. Esta asombrosa predicción hecha por Marx há sido corroborada por la evidencia empírica desde que se escribió El Capital.” (MANDEL, 1985: 162)

²¹ “Estabelece-se, assim, um duplo condicionamento: de um lado (...) a valorização do capital produtivo passa a depender, em forma crescente, do movimento do capital a juros, notadamente de sua capacidade de mobilizar e redistribuir massas centralizadas de capital monetário. De outro, a valorização do capital a juros (quer sob a forma de crédito, quer sob a forma do capital fictício) não pode

2. Keynes, Pós-keynesianos e suas Considerações Acerca do Ciclo Econômico

2.1. Ciclo em Keynes: notas acerca do capítulo 22 da Teoria Geral

Apenas no final da *Teoria Geral*, Keynes faz menção ao comportamento cíclico da economia em suas “Notas Sobre o Ciclo Econômico”. Neste momento, o autor deduz que toda a sua contribuição, registrada em capítulos anteriores, sobre como se dão as decisões de investimento e, conseqüentemente, sobre como se determina o volume de produção e emprego, seja suficiente para levar, inevitavelmente, a uma explicação a respeito de como se originam as crises e, ao contrário, de como as mesmas são superadas.

Keynes inicia sua exposição com uma tentativa de descrever o ciclo nas seguintes palavras:

“Por movimento cíclico queremos dizer que, quando o sistema evolui, por exemplo, em direção ascendente, as forças que o impelem para cima adquirem, inicialmente, impulso e produzem efeitos cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente a sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas forças que operam em sentido oposto e que, por sua vez, adquirem também intensidade durante certo tempo e fortalecem-se mutuamente, até que, alcançado o máximo desenvolvimento, declinam e cedem lugar às forças contrárias. Todavia, por movimento cíclico não queremos dizer simplesmente que essas tendências ascendentes e descendentes, uma vez iniciadas, não persistam indefinidamente na mesma direção, mas que acabam por inverter-se. Queremos dizer que existe certo grau reconhecível de regularidade na seqüência e duração dos movimentos ascendentes e descendentes.” (KEYNES, 1982: 244)

E avança, então, para a explicação da crise, que é um dos momentos constitutivos do próprio ciclo – e se encontra justamente no escopo da nossa análise –, quando escreve:

“... para que a nossa explicação seja adequada, devemos incluir outra característica do chamado ciclo econômico, ou seja, o fenômeno da crise – o fato de que a substituição de uma fase ascendente por outra descendente geralmente ocorre de modo repentino e violento, ao passo que, como regra, a transição de uma fase descendente para uma fase ascendente não é tão repentina.” (Idem, ibidem)

Tendo clareza do que é o fenômeno, de seu movimento e, mais do que isto, deixando evidente sua crença de que as crises são intrínsecas ao próprio funcionamento da economia capitalista, o autor inicia sua tentativa de explicar quais seriam suas causas. É nesta tentativa que Keynes afirma ser o modo como flutua a Eficiência Marginal do Capital (EMgK) o caráter que de fato justifica a duração e a regularidade de ocorrência do ciclo, embora aceite que este fenômeno possa ser agravado por modificações em outras variáveis econômicas, especialmente as de curto prazo, de importância semelhante, dentre as quais destacamos a propensão a consumir, o estado da preferência pela liquidez, o nível de demanda agregada, dentre outros.

A EMgK pode ser entendida como uma expressão dos rendimentos prováveis do ativo instrumental (bens de capital), ou, grosso modo, como o rendimento que os capitalistas esperam obter diante de determinado investimento. Ela depende, portanto, da abundância de bens de capital, do custo corrente da produção desses bens e das expectativas correntes relativas ao futuro dos rendimentos proporcionados pelos mesmos. A relação entre estes três fatores se dá no sentido de que

a eficiência marginal do capital será tanto maior quanto mais escasso for o bem de capital, menor o custo corrente do mesmo, e maiores as expectativas sobre rendimentos futuros. Só a partir da contraposição entre eles e de sua comparação com a taxa de juros é que ocorre a decisão de investimento. Isto porque, se a taxa de juros – entendida como a expressão dos rendimentos prováveis dos ativos financeiros não-monetários – se mostra superior à EMgK, ocorre um desestímulo ao investimento produtivo e uma preferência por aplicações de caráter especulativo, sendo o contrário também verdadeiro.

Deste modo, a variável investimento passa a ser o eixo para o entendimento da instabilidade sistêmica, haja vista que esta última está ligada justamente a perturbações na atividade produtiva. Nos deteremos, portanto, na explicação de seu comportamento, que varia de acordo com o momento do ciclo em que a economia se encontra.

Na fase ascendente (ou nas últimas etapas da expansão), o que se observa é uma abundância crescente de bens de capital, que se explica pelo próprio estímulo à produção desses bens, fruto de uma demanda igualmente crescente. Seus custos de produção também se ampliam porque o abastecimento do mercado não é imediato – não se dá *pari passu* à ampliação da demanda. Finalmente, a taxa de juros se eleva porque cresce a demanda por moeda (e crédito), tanto para fins de produção, quanto para fins especulativos. Aparentemente, estes fatores provocariam uma queda na EMgK e, conseqüentemente, uma retração nos investimentos produtivos. No entanto, as expectativas neste momento do ciclo são tão otimistas que transcendem os fatores contrariantes. Ou seja, o que se espera em termos de rendimento compensa os custos de produção, de modo que os investimentos se efetivam²² e o efeito multiplicador²³ se encarrega de ampliar o nível de atividade por toda a economia.

O modo como estes investimentos se realizam é importante quando pretendemos avaliar os agravantes de uma situação crítica. Ao contrário do que afirma a teoria clássica a respeito da necessidade de uma poupança prévia quando da decisão de gasto, Keynes introduz o conceito de *finance*, que é o financiamento ao investimento a partir do crédito, com as instituições financeiras antecipando poder de compra aos capitalistas através da criação de moeda. Isto é relevante para que se compreenda que a possibilidade de não pagamento dos empréstimos realizados – e mesmo o não pagamento efetivo dos mesmos – faz com que se amplie a desconfiança e estimula uma preferência pela liquidez que acaba por retrain os empréstimos, os investimentos, o nível de produção e emprego e provoca não a eclosão, mas o agravamento de uma situação de crise. Deixando de lado as formas através das quais se financia o investimento²⁴ para que nossa análise não vá muito além daquilo que pretendemos, retomemos ao tratamento do comportamento dos investimentos nas diferentes fases do ciclo.

Quando se chega ao auge da expansão, ocorre uma inflexão repentina no ciclo, para cuja explicação Keynes utiliza apenas o argumento de uma reversão das expectativas, que de otimistas, passam a refletir um pessimismo por parte dos

pressuposto da produção, nela encontra seu limite último.” (MAZZUCHELLI, 1985: 89)

²² Nos referimos especialmente àqueles investimentos realizados no setor produtor de bens de capital, haja vista que, todo e qualquer gasto feito no setor produtor de bens de consumo depende de gastos realizados naquele outro.

²³ Tratado por Keynes no Capítulo 10 da Teoria Geral, o efeito multiplicador reflete um crescimento da renda em proporção superior ao investimento realizado, porque ocorre um estímulo a que outros setores da economia ampliem suas atividades, tendo, portanto, ampliado o nível de emprego e renda desta economia.

²⁴ Poderíamos aqui introduzir o conceito de *funding*, que se refere ao alongamento dos prazos de pagamento dos empréstimos realizados, tornando-os mais longos e distribuídos no tempo, no entanto isto foge aos nossos objetivos, de modo que este espaço não seria conveniente para tal tratamento.

capitalistas, explicado por rendimentos inferiores aos esperados para o período de auge, ou por expectativas de que os custos de produção de períodos subsequentes sejam inferiores aos correntes. Isto atua como um desestímulo aos investimentos produtivos e vem acompanhado de uma abundância de bens de capital (com ampliação de estoques), de elevação nos custos e de uma alta na taxa de juros, justificada pela preferência crescente pela liquidez, em virtude da atmosfera de incerteza e desconfiança que se estende a toda a economia.

Está posto o colapso da EMgK, cujo caráter expectacional leva à queda nos investimentos, no nível de produção, emprego e renda, e que Keynes exemplifica da seguinte maneira:

“... uma característica essencial do auge da expansão é que os investimentos que terão um rendimento efetivo de, digamos, 2 por cento em condições de pleno emprego se realizam na esperança de, digamos, 6 por cento e são avaliados nesta base. Quando chega a desilusão, esta expectativa é substituída por um ‘erro de pessimismo’ inverso, com o resultado de que se passa a esperar um rendimento negativo dos investimentos que em situação de pleno emprego renderiam efetivamente 2 por cento; o colapso resultante do investimento novo que daí resulta leva então a um estado de desemprego no qual os investimentos, que em situação de pleno emprego teriam rendido 2 por cento, passam, de fato, a render menos que nada.” (Idem, p. 249)

A duração desta fase descendente, que culmina com o auge da crise, está relacionada ao tempo de deterioração e obsolescência dos bens de capital, que leva necessariamente a uma escassez dos mesmos. E é neste fato que está contido o estímulo a novos investimentos, pela possibilidade que se vê na obtenção de rendimentos compensadores no futuro. Seria, portanto, a retomada, o início de uma nova fase ascendente, que não ocorre de maneira tão simples e mecânica quanto parece. Com isto queremos dizer que não basta promover uma queda na taxa de juros para que os níveis de investimento voltem a se elevar, ou seja, não basta a aplicação pura e simples do que Keynes chamou “remédio monetário” no intuito de inverter o sentido do ciclo. Faz-se necessário um retorno aos níveis de confiança para que os agentes abram mão de sua liquidez, de sua segurança em relação às possíveis perdas.

Embora faça toda esta formulação acerca dos ciclos econômicos, Keynes acredita na possibilidade de evitar sua ocorrência. Ao constatar que se entra em crise, após ter sido atingido o auge da expansão, o autor percebe que isto ocorre pela combinação de uma taxa de juros demasiadamente elevada, a ponto de impedir o pleno emprego, e de um estado de expectativas enganoso. Para isto Keynes sugere que:

“... o remédio para o auge da expansão não é a alta, mas a baixa da taxa de juros! Pois aquela pode fazer perdurar o chamado auge da expansão. O verdadeiro remédio para o ciclo econômico não consiste em evitar o auge das expansões e em manter assim uma semidepressão permanente, mas em abolir as depressões e manter deste modo permanentemente em um quasi-boom!” (Idem, ibidem)

Acreditamos que, com as análises antes feitas, conseguimos sintetizar a contribuição de Keynes para a compreensão daquilo que ele acredita ser o fenômeno das crises, ressaltando que o estado de incerteza é o eixo principal através do qual se desenvolve seu argumento e é o próprio fator causador das instabilidades no sistema, com seus conseqüentes reflexos sobre a EMgK e sobre o nível de investimentos.

2.2. Minsky: instabilidade financeira e ciclo econômico

Em seus trabalhos²⁵, Hyman Minsky procura unir todas as análises feitas por Keynes, em relação às decisões de investimento e seu caráter incerto e errático, ao lado financeiro da economia, que é, de fato, aquele que permite e impulsiona a ocorrência de tais investimentos, como veremos mais adiante. Sua análise, portanto, é centrada nas relações financeiras estabelecidas entre as unidades econômicas e na influência que tais relações exercem sobre o ritmo e o sentido da acumulação de riqueza, com destaque para seu comportamento estruturalmente instável e sujeito, ora a ondas de pessimismo, ora a excessos de confiança, que dão movimento e forma aos ciclos econômicos.

Como já foi visto, a teoria keynesiana é uma teoria do gasto. Com isto queremos dizer que, em sua crítica feita ao caráter cooperativo da teoria convencional, Keynes nos mostra que não há necessidade de que haja uma poupança prévia para que ocorram novos investimentos. Existe, por parte dos bancos, a capacidade de criação de moeda quando da concessão de crédito e isto faz com que a lógica da economia tenha como ponto de partida um gasto (invertido em investimentos produtivos) que, posteriormente, gera uma renda (valor agregado resultante da realização das vendas). Existem, portanto, duas formas de efetivar novos investimentos: fazê-lo através de recursos próprios ou através do crédito bancário, deixando claro que a inexistência dos primeiros não é impedimento para o crescimento econômico, justamente pela existência do segundo como alternativa. Deste modo, a preocupação aqui é a de esclarecer como se dá o financiamento do investimento pela via do crédito bancário e como isto se relaciona com a teoria dos ciclos econômicos.

“Segundo Minsky, o capitalismo é instável devido à forma através da qual a atividade econômica é financiada. O financiamento afeta a economia capitalista através das posições em ativos de capital que devem ser financiadas, através da produção e da distribuição dos bens de consumo e de investimento, que também têm necessidade de financiamento, e, finalmente, porque as dívidas devem ser reembolsadas. Por outro lado, o sistema financeiro é, segundo Minsky, naturalmente instável e tende a se fragilizar à medida que a economia se desenvolve. Isso não se deve a acidentes nem a erros de política econômica, mas ‘resulta do funcionamento normal de nossa economia’.” (MOLLO, 1988: 101)

A tomada de empréstimos – após a decisão da formação dos portfólios das empresas, famílias, instituições financeiras, governo, enfim, de quaisquer unidades econômicas – implica na decisão das condições em que estes se darão, dos seus prazos de pagamento, períodos de carência, taxas de juros, etc., de modo que as posturas financeiras dos agentes assumem elevada importância quando da decisão de investir e mesmo para a formação dos balanços dos credores.

Estas posturas financeiras indicam, basicamente, o grau de liquidez dos agentes e sua capacidade de solvência, de fazer face à dívida contraída, e estão diretamente relacionados às fases do ciclo em que a economia se encontra. Minsky menciona três tipos de posturas.

O primeiro deles é a postura *hedge*, que indica uma expectativa de que o fluxo de receitas provenientes do investimento realizado seja maior do que as obrigações de dívida, tanto no que se refere ao pagamento de seu principal, quanto no que toca ao pagamento do serviço da dívida (juros). Isto significa que um agente *hedger* espera saldar seus débitos apenas com o que obtém em termos de rendimento, sem a necessidade de recorrer a novos financiamentos para fazer face aos anteriores. Isto pressupõe que o valor de seus ativos seja superior ao valor de seus passivos.

²⁵ Dentre estes trabalhos, acreditamos que os mais relevantes para o entendimento da instabilidade financeira provocadora dos ciclos econômicos sejam: MINSKY (1975, 1982 e 1986).

Em segundo lugar, aparece a postura especulativa, onde, ainda que o fluxo esperado de receitas seja superior ao total de pagamento das dívidas, as obrigações de alguns períodos superam o fluxo de receitas dos mesmos, obrigando o agente a recorrer a um novo empréstimo. Isto ocorre, geralmente, nos períodos iniciais do endividamento e impõe a necessidade de refinanciamento do débito, de modo que, se este último atingir um horizonte temporal muito inferior àquele prescindido para que os rendimentos dos ativos se efetuem, o valor presente destes últimos se torna inferior ao dos passivos.

Por último, é mencionada a postura *Ponzi*, como um desdobramento da anterior, já que se refere a expectativas de receitas inferiores às obrigações da dívida, não só no que se refere ao seu principal, mas também sobre os juros a pagar. Muito embora os agentes que se encontram nesta posição sejam confiantes na capacidade de solvência de suas unidades econômicas, eles reconhecem que seu endividamento deverá ser necessariamente refinanciado pelo mercado financeiro.

A respeito disto podemos concluir que:

“As unidades *especulativa* e *Ponzi* são mais vulneráveis ao que se passa nos mercados financeiros no sentido de que uma elevação das taxas de juros coloca em risco suas condições de solvência, o que as obriga a se refinarciar. Se isto for feito como novo empréstimo, crescerão o principal e o serviço da dívida. Se, alternativamente, o refinanciamento assumir a forma de venda de ativos, o preço destes tende a cair, o que obrigará outras unidades a recorrer ao refinanciamento. Esse processo cumulativo amplia uma perturbação do funcionamento do sistema ao invés de resolvê-lo, tomando-o mais suscetível a crises, haja vista que a fragilidade financeira se potencializa e se estende para períodos subsequentes. Além do mais, ‘as unidades que são de início financeiramente *hedge* podem transformar-se em unidades financeiramente especulativas e até mesmo *Ponzi* à medida que suas receitas se deterioreem, e deste modo ampliam as perturbações iniciais’.” (CARCANHOLO, 2003: 105 – o grifo é nosso)

Relacionando as posturas financeiras com o ciclo, é possível que façamos a construção a seguir, levando em consideração o fato de que, para Minsky, a fragilidade financeira exerce apenas uma força cumulativa que intensifica o ascenso ou o descenso no ciclo, de modo que a reversão propriamente dita se dá por fatores exógenos aos financeiros.

Quando o ciclo se encontra em sua fase de prosperidade, imediatamente anterior ao auge, as expectativas de rentabilidade são extremamente elevadas, o que estimula a que as instituições financeiras abram mão de sua liquidez e segurança e ampliem os créditos concedidos. Neste momento, a atmosfera otimista dos mercados faz com que a participação de unidades especulativas e *Ponzi* nos ativos bancários seja tão ou mais elevada que a participação de unidades *hedge*. Em contrapartida, há também uma fragilidade financeira crescente. Ocorre que a inflação típica de momentos de prosperidade leva quase que necessariamente a uma elevação da taxa de juros²⁶, fato este que provoca o aumento das dívidas e também da fragilidade financeira, além da redução na demanda agregada e de uma inversão de expectativas com relação aos rendimentos futuros. Todo este processo agrava a insegurança por parte das instituições financeiras, que tendem a ampliar sua preferência por liquidez e a reduzir a concessão de créditos, especialmente aqueles destinados a unidades especulativas e *Ponzi*, que são, por definição, mais suscetíveis a choques exógenos e, até mesmo, menos solúveis.

Reverte-se assim o ciclo, que passa para a fase de depressão, na qual há uma grande quantidade de agentes vendendo seus ativos no intuito de saldar suas dívidas. Os preços destes ativos caem por conta do excesso de oferta, as taxas de juros se elevam ainda mais como forma de evitar um aumento da demanda agregada e um conseqüente processo

²⁶ Isto se deve ao fato de que, como na prosperidade os níveis de emprego se encontram em patamares bastante elevados, há uma ampliação da demanda por bens e uma conseqüente ampliação da demanda por moeda (tanto por motivo transação quanto por motivo especulação), que provocam aumento geral de preços, inclusive das taxas de juros como forma de controlar o processo inflacionário.

inflacionário, e isto age como um agravante para a crise financeira já posta. Nos últimos momentos da depressão já se verifica a falência das unidades especulativas e *Ponzi* e a sobrevivência de algumas unidades *hedge*, se não de todas elas. Os bancos se encontram num nível de alta liquidez e a capacidade produtiva é pouco utilizada, de modo que são também registradas altas taxas de desemprego. Como estas unidades *hedge* sobreviventes permanecem em atividade é natural que elas atravessem este período com resultados positivos em termos de rentabilidade e com baixo endividamento, haja vista que são unidades autofinanciáveis. Este bom comportamento leva a que se tenha nova reversão de expectativas quanto às possibilidades de rentabilidade futura e isto faz com que este tipo de unidades se arrisque a realizar novos investimentos e a recorrer a novos empréstimos para tal. Une-se a isto o fato de que os bancos retornam a um estado de expectativas positivo, levando à queda de sua preferência pela liquidez. À medida que o endividamento feito pelos *hedgers* vai sendo saldado, as instituições financeiras vêem a possibilidade de ampliar seus lucros e voltam a emprestar também para os outros dois tipos mais vulneráveis de unidades econômicas, de modo a ocorrer um retorno à fase de prosperidade, com todas as suas características já mencionadas e com a repetição de todo o processo até que uma nova reversão ocorra, caracterizando-se, assim, o ciclo econômico.

O que ocorre aqui é o seguinte: a caracterização do ciclo em Minsky tem duas características. Em primeiro lugar, ele é financeiro, no sentido de que a fragilidade financeira é endógena à economia capitalista e é o que define o caráter cíclico desta. Em segundo lugar, a relação entre fragilidade financeira e reversão cíclica em Minsky é uma questão de probabilidade. O aumento da fragilidade financeira (proporção entre as posturas especulativa e *Ponzi* e a postura *hedge*) leva a um aumento da probabilidade de que essa fragilidade se transforme em instabilidade, isto é, de que os choques levem à instabilidade financeira. Entretanto, esses choques, ou pontos de reversão, não são endógenos – o que limita a própria análise de Minsky, que propunha a endogeneização do caráter financeiro nos ciclos. Desta maneira, a perspectiva da fragilidade financeira de Minsky explica o desequilíbrio financeiro acumulativo, mas não a reversão em si, fazendo com que o crescimento da fragilidade financeira leve a um aumento da instabilidade financeira potencial.

Só para exemplificar. O principal choque externo identificado por Minsky é a atuação do Banco Central. Quando, em um período de auge, o índice de fragilidade financeira – (posturas especulativa + *Ponzi*) / posturas *hedge* – aumenta, cresce também a demanda por liquidez/crédito do sistema. Se o Banco Central não sanciona essa demanda, a taxa de juros sobe, levando ao crescimento maior do índice de fragilidade financeira e, no limite, à quebra de determinados agentes, transformando a fragilidade financeira em instabilidade e crise. Esse efeito da alta da taxa de juros se dá por dois canais. Por um lado, maiores taxas de juros significam elevação das obrigações a pagar. Por outro lado, elas implicam em redução da demanda agregada e, portanto, do fluxo esperado de receitas. De um modo ou de outro, a alta das taxas de juros implica em quebra de unidades econômicas e transformação de unidades *hedge* em especulativa e/ou *Ponzi*.

Minsky, assim como Keynes, aponta para a possibilidade de que seja evitado o ciclo econômico. Isto se daria através da intervenção da autoridade monetária como emprestadora de última instância, no sentido de garantir liquidez à economia no momento da depressão em que grande parte das unidades econômicas promovem a venda de seus ativos para saldar suas dívidas. Seria a garantia de que as ofertas de ativos estariam cobertas, de modo que seus preços não sofreriam

queda, não haveria o desencadeamento de uma depressão e a fase negativa da economia se limitaria a atravessar apenas uma crise financeira de caráter passageiro.

Toda esta construção nos permite chegar a uma conclusão fundamental acerca do pensamento de Minsky. Para este autor, o ciclo na economia é financeiro, de tal sorte que choques externos a esta esfera apenas agravam os desequilíbrios, e assim o é porque são justamente as decisões dos bancos – e sua capacidade de conceder créditos – que criam condições para o funcionamento cíclico da economia, pois influem diretamente no volume de recursos que será destinado aos investimentos produtivos, determinando, portanto, o nível de atividade e o volume de produção, emprego e renda numa economia. Em outras palavras, as decisões de investimento só são concretizadas se há uma decisão de financiamento por parte dos bancos, de modo que estes últimos acabam por ditar o ritmo e o sentido da acumulação de riqueza, que sequer existiria sem a sua intervenção.

É óbvio que todas as transformações ocorridas no sistema capitalista a partir dos anos 70, incluindo aí um intenso processo de desregulamentação financeira, fizeram com que os bancos e as instituições financeiras em geral passassem a desenvolver outros papéis que iam além deste de mediação entre ofertantes e demandantes de recursos²⁷ e isto, sem dúvida, só fez agravar a possibilidade e a intensidade das crises. No entanto, para a nossa pretensão – mostrar como se dá o financiamento do investimento e como esta variável se relaciona com o fenômeno dos ciclos econômicos –, acreditamos que as questões antes apresentadas foram suficientes e possibilitaram uma clara compreensão de como se dá a instabilidade econômica a partir da visão de Minsky, de modo a nos dar embasamento suficiente para que cheguemos às notas conclusivas do presente trabalho.

2.3. Debate sobre a Inserção de Keynes na Tradição do Ciclo

Há alguns anos vem sendo fortalecido um debate acerca da possibilidade ou não de enquadrar a teoria keynesiana numa teoria dos ciclos econômicos, assim como o próprio autor sugeriu ao afirmar: “*visto que pensamos ter demonstrado nos capítulos anteriores [ao capítulo 22 da Teoria Geral] o que determina o volume de emprego em qualquer momento, deduz-se, se estivermos certos, que a nossa teoria deve ser capaz de explicar o fenômeno do ciclo econômico.*” (KEYNES, 1982: 243)

Como em qualquer debate, há autores que defendem a existência de um caráter dinâmico na abordagem de Keynes²⁸ e outros que, pelo contrário, ressaltam a característica estática de sua construção. Mais precisamente, o que queremos dizer é que alguns autores acham suficiente, por tudo o que foi exposto em sua obra, enquadrá-lo dentro de uma perspectiva dinâmica e, portanto, capaz de explicar fenômenos característicos dessa dinâmica, como as crises de realização.

²⁷ De fato, mesmo antes dos anos 70 os bancos não eram meros intermediadores entre os agentes superavitários (ofertantes de poupança) e os agentes deficitários (demandantes de financiamento). Desde que os bancos surgiram, sua principal característica é a de criar meios de pagamento ao concederem empréstimos, sem necessariamente possuírem reservas anteriores correspondentes. O que ocorre depois dos anos 70 é que os bancos inovam nas formas de captar recursos para além do tradicional depósito em conta corrente. Assim, a capacidade de multiplicar os empréstimos e meios de pagamento é alastrada; em termos técnicos, tem-se uma expansão do multiplicador bancário.

²⁸ Muito embora o fato de ser dinâmica não significa necessariamente que uma teoria esteja apta a se inserir na tradição dos ciclos econômicos.

Antes de entrarmos nesta seara se faz necessária uma diferenciação, estruturante de toda a discussão, entre ciclo econômico e flutuação.

O que se espera de uma teoria dos ciclos é que ela seja capaz de explicar os motivos que levam a que ocorram reversões no andamento da economia, a regularidade com que isto ocorre e o fato de que cada fase aparece como decorrência dos efeitos provocados por uma fase anterior. Tentando esclarecer melhor estes pontos, podemos dizer que uma teoria dos ciclos deve ser elucidativa em três sentidos: i) no de apontar quais são as forças que fazem com que uma fase ascendente sofra uma inversão, passando ao declínio, que, por sua vez, quando atinge as últimas possibilidades de recessão, entre numa fase de recuperação até que atinja o auge, e assim sucessivamente; ii) no de indicar o que explica o fato de que a passagem de uma fase para outra não se dá de maneira fortuita, tendo uma duração efetivamente regular ao longo do tempo; e iii) no de mostrar que todos os efeitos de propagação de uma fase ascendente, por exemplo, chegam a um esgotamento tal que levam necessariamente à ocorrência de uma fase posterior (declinante, no caso do exemplo dado), cujos efeitos culminam com uma nova recuperação e assim por diante, ou seja, a própria dinâmica do ciclo é que permite sua ocorrência, evidenciando sua indissociabilidade do funcionamento da economia capitalista. Uma boa definição deste processo foi feita por Carvalho (1988, p. 746):

“... os ciclos são oscilações intermináveis, intrínsecas a uma economia capitalista. Elas nasceram com o capitalismo e não podem ser eliminadas sem que o próprio sistema seja profundamente alterado. (...) assim, o comportamento normal de uma economia capitalista é cíclico. A rigor, não se pode falar de um ciclo, mas do processo cíclico, no qual um movimento ascendente necessária e regularmente engendra seu oposto e vice-versa. A economia está sempre em algum estágio identificável do ciclo numa sucessão infinita de estados. O mecanismo cíclico está incorporado nos aspectos institucionais mais fundamentais do capitalismo, forçando a alternância regular das fases. (...) Ciclos não começam a partir de estados ‘normais’ de comportamentos (...). Ciclos são a normalidade.”

Por outro lado, vem a idéia das flutuações que ocorrem quando um estado equilibrado, visto como uma normalidade, é interrompido por fatores exógenos, provocando a ocorrência de ondulações sem nenhuma regularidade. Não há uma determinação estrutural em sua formação, de modo que decisões ou perturbações específicas (como as inovações tecnológicas sugeridas por Schumpeter) interrompem uma situação de funcionamento normal da economia, que passa para um período de adaptação a uma nova situação de modo a atingir um outro momento de normalidade, num outro ponto de equilíbrio, digamos assim. Portanto, as flutuações, também conhecidas como modelos cíclicos de propagação,

“podem apenas explicar a regularidade dos estágios de um dado ciclo, mas não a periodicidade de um processo cíclico. Para explicar uma sucessão de ciclos seria necessária uma teoria adicional que explicasse a fonte dos choques e por que eles se repetiriam de um modo regular. Na ausência desta teoria adicional, resta a possibilidade de que entre o fim de um ciclo e o início do seguinte decorra um período de espera indefinidamente longo, esvaziando o poder preditivo da teoria” (CARVALHO, 1988: 748).

Deste modo, as flutuações se deixam influenciar pela formação de expectativas, e suas respectivas tomadas de decisão, ao passo que os processos cíclicos negam esta possibilidade, porque se dão sobre as bases do que de fato se realiza na economia em termos de renda e lucratividade, e até mesmo pelo seu próprio caráter de inerência ao funcionamento do sistema.

Esclarecidas estas diferenças, podemos tentar relacionar a obra de Keynes com um dos dois movimentos antes citados.

Antes de publicar a *Teoria Geral*²⁹, o autor assumia que os ciclos ocorriam à medida que expectativas iam sendo contrariadas e novas decisões de encaminhamento iam sendo tomadas como forma de superar tais contrariedades. Ou seja, quando se esperava uma lucratividade elevada que não era atingida, a estratégia era modificada e levava a uma recessão e, quando se esperava uma baixa lucratividade e o que de fato ocorria era o oposto, chegava-se à recuperação, fruto de novas decisões de investimento com conseqüente crescimento econômico potencializado pelo efeito multiplicador.

Em sua *Teoria Geral*, Keynes, objetivando construir uma teoria capaz de explicar como se determina o volume de emprego em qualquer momento, assume determinadas hipóteses que rompem com aquela possibilidade anterior de explicação endógena dos ciclos. Estas restrições são, basicamente: produtividade constante e ausência de progresso técnico, grau de concorrência dado e o fato de que as expectativas de curto prazo, ligadas à rotina econômica, estão sempre corretas, ou, pelo menos, são facilmente revistas.

Isto se evidencia quando remetemos à análise do Princípio da Demanda Efetiva (PDE), que diz respeito à quantidade de produto a ser ofertada pelo capitalista, de modo que é também um momento de decisão a respeito da quantidade a ser produzida e do trabalho a ser empregado, e é fruto das expectativas de rendimentos provenientes da venda desta massa de produto. Diz respeito também à demanda agregada, isto é, ao produto que os empresários esperam receber, dado o emprego de determinado número de mão-de-obra. Trata-se, desta forma, de uma decisão *ex-ante*, por ser baseada exclusivamente em expectativas de realização e de rendimento, de modo que o ponto de demanda efetiva se define pelo pressuposto de que a demanda agregada se confirma no mercado final.

Para a sistematização do PDE, Keynes estabelece uma diferenciação entre as decisões de curto e de longo prazos. Estas últimas se referem às decisões de investimento, cujos horizonte de cálculo e prazo de maturação são extremamente extensos, o que torna este tipo de decisão bastante vulnerável ao nível de incerteza da economia, de tal forma que erros de expectativa são incorrigíveis e não podem ser verificados ao final de cada período de realização. As primeiras, para as quais devemos voltar nossa atenção, pois é sobre elas que se desenvolve toda a teorização do autor, dizem respeito à decisão de produzir, que se dá sob um horizonte menor de incerteza e pode ser revista e corrigida (como de fato o é) a cada período de produção, em pequenos intervalos de tempo.

Tendo clareza de que o longo prazo não corresponde ao somatório de diversos períodos de curto prazo e de que a dinâmica cíclica tem uma lógica interna que, por si só, exclui a possibilidade de que estes períodos curtos, avaliados isoladamente, expliquem como se dá seu movimento, podemos recusar a extrapolação do seguinte argumento de Possas, em direção a uma teoria do ciclo econômico:

“a análise de Keynes, na *Teoria Geral*, não é estática, porque identifica e constrói os ingredientes básicos para o entendimento de natureza temporal do funcionamento da economia capitalista (já que trata as expectativas relativas ao futuro como variáveis essenciais para o sistema), e que excluí-la do conjunto de reflexões sistemáticas sobre o tema a pretexto de seu ‘método estático’ seria, mais que injusto, inconseqüente” (POSSAS, 1986: 307 – o parêntese é nosso).

²⁹ Especialmente em KEYNES, John Maynard. *A Treatise on Money*. Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. VI. Macmillan Press Ltd. Londres, 1971.

De fato, existem elementos dentro da *Teoria Geral*, especificamente os apontados por Possas, que permitiriam construir uma teoria dinâmica que respeitasse o caráter de processualidade da economia capitalista. Entretanto, essa possibilidade não é condição suficiente para enquadrar a *Teoria Geral* dentro da tradição do ciclo, justamente porque a explicação do ciclo requer, no mínimo, o respeito às características objetivas do fenômeno. A teoria deve explicar, em primeiro lugar, os pontos de inflexão/ruptura, tanto na eclosão da crise como no momento de retomada do crescimento e, mais do que isso, entender que um ponto de inflexão é consequência necessária dos efeitos provocados pela inflexão imediatamente anterior. Além disso, a teoria deve mostrar o processo cumulativo que propaga os efeitos das duas inflexões. A partir da *Teoria Geral*, esta segunda exigência pode ser cumprida, como feito pelas teorias baseadas no processo multiplicador-acelerador. O mesmo não pode ser dito da primeira.

Caminhamos muito mais no sentido do que apontaram Carvalho (1988) e Castro (1986), de que a noção temporal possuída por Keynes, refletida em seu reconhecimento da existência de expectativas futuras quando da tomada de decisões, é insuficiente para inserir a *Teoria Geral* dentro da tradição do ciclo. As expectativas são variáveis exógenas, incapazes de explicar a dinâmica interna dos movimentos cíclicos como mostramos ser o requerido para explicação do fenômeno e, mais do que isto, o necessário. Não é possível atribuir a ocorrência dos ciclos ao estado de confiança dos agentes; isto sequer explica a regularidade de tempo que se leva de uma fase à outra; nem tampouco elucida a necessidade de que os efeitos de uma fase culminem com a ocorrência de uma fase posterior. Explicar o ciclo através da mera reversão de expectativas levaria, no mínimo, a uma óbvia indagação: o que levou a esta reversão? O simples comportamento errático das expectativas? Mas, se é errático, como explicar a regularidade dos ciclos, ainda que com durações diferenciadas? Ademais, o pressuposto de que a demanda agregada se baseia sempre em expectativas corretas ou perfeitamente corrigíveis, por si só, elimina a possibilidade de inclusão de Keynes numa teoria sistemática sobre as crises, justamente porque esta última se define pela quebra na relação produção-realização (demanda), de modo que, se estes dois fatores estão sempre em equilíbrio, a eclosão da crise jamais ocorrerá.

Em resumo, o próprio objeto de investigação da *Teoria Geral* – a determinação do nível de produto, emprego e renda – levou o seu autor a assumir algumas hipóteses, coerentes do ponto de vista da problemática nessa obra, mas que requerem ser revistas para a construção de uma teoria dos ciclos. Assumir como dados o grau de concorrência, a produtividade e a realização das expectativas de curto prazo, cuja maior implicação é a realização da produção pela demanda em todos os momentos, é coerente com a determinação do nível de renda, produto e emprego. De fato, o emprego e a produção são determinados *ex-ante* pelos próprios capitalistas, baseados em expectativas de realização e lucratividade. Entretanto, a explicação do ciclo econômico requer o tratamento da revisão dessas expectativas frente a problemas de realização e as atitudes dos capitalistas no momento seguinte do processo de acumulação de capital, ou seja, requer a endogenização, pela teoria, da concorrência, da produtividade e da formulação de expectativas em relação à dinâmica de acumulação, fugindo do mero “psicologismo” na determinação do grau de confiança dos empresários.

3. À Guisa de Conclusão

Neste momento do trabalho, julgamos ter adquirido embasamento teórico suficiente para afirmar que o funcionamento do sistema capitalista leva a que se tenha, necessariamente, um comportamento cíclico da economia e que estes ciclos são dinâmicos e endógenos, no sentido de que é justamente o desenvolvimento de uma de suas fases que provoca a ocorrência de uma outra fase subsequente, o comportamento desta reverte a economia para uma outra fase como a anterior, e assim sucessivamente. Ou seja, a ascensão/auge provoca uma recessão/crise, que gera uma recuperação/ascensão/auge, e assim por diante.

Todo o avanço e a interpretação da obra marxista no sentido de esclarecer e apontar os fatores de causalidade, os fatores explicativos da ocorrência dos ciclos foram suficientes, além de necessários, quando do cumprimento de um dos nossos objetivos específicos, qual seja, o de resgatar uma formulação que explicasse o fenômeno das crises em sua raiz, em sua eclosão, em seu surgimento. Mesmo diante de todas as tentativas de invalidar algumas de suas categorias, colocações e percepções e de desmerecer alguns de seus *insights* teóricos, a construção de Marx ainda se mostra das mais capazes, se não a mais, de fornecer informações que nos capacitam a identificar o fenômeno econômico das crises como sendo inerente à lógica de funcionamento do sistema capitalista e a derivar daí o fato de que o comportamento cíclico desse modo de produção se explica pela própria lógica da acumulação de capital, incluindo a sua processualidade contraditória. Em especial, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação explica o aparecimento das crises cíclicas de superprodução.

Keynes, por sua vez – e aqui nos referimos especialmente ao Keynes da *Teoria Geral* –, assumiu hipóteses em seu modelo (ausência de progresso técnico, concorrência dada, confirmação da demanda efetiva no mercado) que limitaram sua análise a uma possível ocorrência de flutuações na economia, até porque este autor defendia uma participação efetiva das autoridades monetárias no sistema produtivo (via políticas anticíclicas) enquanto forma de evitar a ocorrência dos ciclos e, portanto, das crises. Há que se ressaltar, no entanto, que, muito embora estas colocações sejam pertinentes dentro do nosso quadro de análise, não podemos desqualificar a *Teoria Geral*. Os pressupostos adotados por Keynes nesta obra são perfeitamente condizentes com seu objeto de análise – o que determina o nível de emprego em qualquer momento – e este autor, sem dúvida, é exitoso naquilo que se propõe a estudar. Entretanto, as próprias características concretas do fenômeno impõem a qualquer teoria que se proponha estudá-lo requerimentos que são incompatíveis com as hipóteses assumidas na *Teoria Geral* por Keynes.

Mais uma vez, para que fique claro, estamos defendendo aqui que sua teoria não se enquadra no escopo da análise sugerida neste trabalho, no escopo de uma tradição dos ciclos; não se enquadra, portanto, na tradição de estudo das crises cíclicas que, segundo cremos, são inerentes ao funcionamento do sistema capitalista, sendo inclusive, conforme já mostramos em momentos anteriores, necessárias ao seu desenvolvimento.

Tudo isto nos leva a anisgar uma assertiva, que não é de nossa autoria, mas com a qual concordamos, embora a intensidade de seus efeitos e até sua duração possam ser relativizadas por determinadas conformações sociais/institucionais:

“El único remedio posible para las crisis económicas de la sobreproducción y las crisis sociales de la lucha de class es la eliminación del capitalismo y la sociedad de clases. No se hallará ninguna otra solución, tanto en la teoría como en la práctica.”
(MANDEL, 1985: 162)

Referências Bibliográficas

- CAPUTO, Orlando. *Crisis Asiática y Economía Chilena en la Globalización*. Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/orlando.htm>. Julho. 1998.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Causa e Formas de Manifestação da Crise: Uma Interpretação do Debate Marxista*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro. 1996.
- _____. Formas, Conteúdo e Causa: Uma Proposta de Interpretação Marxista do Fenômeno Crise. In: *Leituras de Economia Política* nº 5. IE-UNICAMP. Campinas. P. 15-31. 1997.
- _____. Papel e Especificidade dos Bancos na Obra de Minsky: Uma Iniciativa de Resposta à Crítica de Dymski. In: *Pesquisa e Debate*, vol. 14, nº 1(23), pp. 91-115. São Paulo. 2003.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Keynes, a Instabilidade do Capitalismo e a Teoria dos Ciclos Econômicos. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 18, nº 3, p. 741-764. Rio de Janeiro. Dezembro. 1988.
- CASTRO, Antônio Barros de. Keynes e a Velha Tradição do Ciclo. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 16, nº 2, p. 281-294. Rio de Janeiro. Agosto. 1986.
- DOBB, Maurice. *Economia Política e Capitalismo: Ensaio Sobre a Tradição Econômica*. Edições Graal. Rio de Janeiro. 1978.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. Nova Cultural. São Paulo. 1985.
- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Editora Atlas. São Paulo. 1982.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. Coleção Os Economistas. Nova Cultural. São Paulo. 1985.
- MANDEL, Ernest. *El Capital: Cien Años de Controversias en Tomo a la Obra de Karl Marx*. Biblioteca del Pensamiento Socialista. Siglo Veintiuno Editores. México. 1985.
- MARX, C. *Fundamentos de la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Instituto Cubano del Libro. La Habana. 1971.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 5 volumes. Terceira edição. Nova Cultural. São Paulo. 1988.
- MAZZUCHELLI, Frederico. *A Contradição em Processo: o Capitalismo e Suas Crises*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1985.
- MINSKY, Hyman. *John Maynard Keynes*. Columbia University Press. Nova York. 1975.
- _____. *Can "It" Happen Again?: Essays on Instability and Finance*. M.E. Sharpe. Inc. Armonk. Nova York. 1982.
- _____. *Stabilizing na Unstable Economy*. Yale University Press. New Haven. 1986.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Instabilidade do Capitalismo, Incerteza e Papel das Autoridades Monetárias: uma Leitura de Minsky. In: *Revista de Economia Política*, vol. 8, nº 1, p. 100-123. Janeiro/Março. 1988.
- OKISHIO, Nobuo. Technical Changes and the Rate of Profit. In: *Kobe University Economic Review*, nº 7. 1961.
- POSSAS, Mário Luiz. Para uma Releitura Teórica da Teoria Geral. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 16, nº 2, p. 295-308. Rio de Janeiro. Agosto. 1986.
- RIBEIRO, Nelson Rosas. *A Acumulação do Capital no Brasil: Expansão e Crise*. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Economia para a obtenção do Grau de Doutor em Economia. Parte II: *As Crises no Capitalismo: Uma Visão Marxista*. Lisboa. Dezembro. 1988.
- SWEEZY, Paul. *Teoría del Desarrollo Capitalista*. 13 ed. Fondo de Cultura Económica. México. 1987.
- TUGÁN-BARANOVSKY, M. I. Estudios Sobre la Teoría e Historia de las Crisis Comerciales en Inglaterra. In: COLLETTI, Lúcio (Org.). *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*. Siglo XXI. Biblioteca del Pensamiento Socialista. México. 1978.